
Construindo pontes para o estudante com paralisia cerebral: tessituras entre o Atendimento Educacional Especializado e a Educação Física

Building bridges for students with cerebral paralysis: textures between Specialized Educational Assistance and Physical Education

Sandra Canal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4537-3399>

Doutoranda em Educação- (bolsista Capes) PUCRS, Brasil

E-mail: Sandra.canal@edu.pucrs.br

Maria Souza dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6386>

Doutoranda em Educação- (bolsista Capes) PUCRS, Brasil

E-mail: maria.souza67@edu.pucrs.br

Karla Fernanda Wunder da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8350-0726>

Pós-doutoranda em Educação - PUCRS, Brasil

E-mail: karla.wunder.edu@pucrs.br

Andreia Mendes dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7013-0239>

Docente e pesquisadora PPGEDU/PPGCS – PUCRS, Brasil

E-mail: andreia.mendes@pucrs.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo descrever a intervenção da professora do Atendimento Educacional Especializado com um estudante com Paralisia Cerebral (PC) matriculado no primeiro ano do Ensino Fundamental nas aulas de Educação Física em parceria com o educador, pois se percebeu que as atividades ministradas não estavam adaptadas para incluir o estudante com PC. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, apresentando a observação participante e um questionário realizado com o professor de Educação Física. Como resultado das observações constatou-se que o estudante com PC raramente participava as aulas de Educação Física, desse modo, foi realizado todo um planejamento com o professor e a equipe pedagógica para assim construir atividades inclusivas possibilitando a participação do estudante. Mediante o planejamento conjunto, o professor empregou estratégias diversificadas para a participação do estudante nas aulas, resultando em uma participação ativa.

Palavras-chave: Paralisia cerebral; Planejamento; Educação Física; AEE.

ABSTRACT

This study aimed to describe the intervention of the Specialized Educational Assistance teacher with a student with Cerebral Paralysis (CP) matriculated in the first year of Elementary School, in Physical Education classes, in partnership with the educator, as it was noticed that the activities taught were not adapted to include the PC student. This is a qualitative, exploratory research, presenting participant observation and a questionnaire carried out with the Physical Education teacher. As a result of the observations, it was found that the student with CP rarely participated in Physical Education classes, so a whole plan was carried out with the teacher and the pedagogical team in order to build inclusive activities, enabling the student's participation. Through joint planning, the teacher used different strategies for student participation in classes, resulting in active participation.

Keywords: Cerebral Paralysis; Planning; Physical Education; SEA.

INTRODUÇÃO

A escola inclusiva é aquela que se organiza para atender todos os seus estudantes, ofertando um ensino equitativo e respeitando as especificidades de cada sujeito. De acordo com o Ministério da Educação “a escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica” (MEC, 2004, p. 10).

Sánchez (2005) reforça o conceito de inclusão afirmando que:

A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos). Em segundo lugar, é uma atitude, representa um sistema de valores e de crenças, não uma ação simplesmente, mas sim um conjunto de ações. Uma vez adotada esta perspectiva por uma escola ou por um sistema de ensino, deverá condicionar as decisões e ações de todos àqueles que a tenham adotado, posto que incluir significa ser parte de algo, formar parte do todo, enquanto que excluir significa manter fora, apartar, expulsar (SÁNCHEZ, 2005, p. 12).

O autor reafirma que a educação inclusiva é direito garantido por lei para todos os estudantes, independentes de sua deficiência/especificidade. Entendemos então, que essa inclusão precisa ser efetiva de fato, propiciando aos estudantes um ensino de qualidade, principalmente evidenciando que a construção de ambientes educativos para inclusão aliada à práxis inclusivas não apenas contribuem para a superação dos desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência como também para fortalecer a luta por um futuro mais inclusivo e equitativo (ALMEIDA, 2008; TEIXEIRA, 2020).

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a intervenção da professora do Atendimento Especializado Educacional (AEE) no contexto das aulas de Educação Física, em relação a um aluno com paralisia cerebral. O foco residiu em examinar a maneira pela qual ocorreu a inclusão desse aluno nas atividades de Educação Física. Além disso, buscou-se investigar as abordagens adotadas pelo professor no que diz respeito à adaptação do currículo às necessidades específicas do estudante com paralisia cerebral. Por fim, intencionou-se realizar uma análise dos diferentes ambientes que contribuíram para efetivar a participação plena e eficaz do estudante no contexto das aulas.

TRILHANDO A TRAJETÓRIA DA PARALISIA CEREBRAL

A historicidade da Paralisia Cerebral (PC) advém dos estudos realizados pelo ortopedista William John Little, no ano de 1862, ao publicar um trabalho que mencionava como as implicações ocorridas num parto complexo ou prematuro poderiam afetar o desenvolvimento do bebê, tanto nos aspectos físicos quanto intelectuais (BRAATZ; KRAEMER, 2013). Conforme Ekman (2008), “a paralisia cerebral é um distúrbio postural e dos movimentos, causado por danos permanente e não progressivos a um encéfalo em desenvolvimento” (p.82). Corroborando Amaro (2006), discorre que:

Paralisia cerebral é o termo utilizado para definir um grupo heterogêneo de distúrbios, não progressivos, decorrentes de lesão no cérebro no período pré-natal, perinatal e pós-natal. O prejuízo motor é a alteração mais frequente, embora também possa haver prejuízos nos aspectos visuais, auditivos, psicológicos, mentais e de linguagem (AMARO, 2006, p. 65).

Ainda, de acordo com Alves (2015, p. 14) a Paralisia Cerebral pode ser definida como “[...] uma desordem do movimento e da postura devida a um defeito ou lesão do cérebro imaturo [...]”, podendo ocorrer antes do nascimento (período gestacional), etapa em que o cérebro está se formando ou por lesões cerebrais decorrentes do momento do nascimento ou nos primeiros anos de vida, podendo ocasionar restrições nas atividades diárias. Adicionado a isso, “[...] as desordens motoras [...] podem ser acompanhadas por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas muscoesqueléticos secundários” (BRASIL, 2013, p. 9), impossibilitando o sujeito de desenvolver algumas habilidades simples, além de restringirem o desenvolvimento de atividades funcionais visíveis (ALVES, 2015).

A Paralisia Cerebral (PC) configura-se como uma condição neuromotora que exerce impacto sobre mobilidade e o comando motor de uma parcela específica da população global (BLONDIS, 2004; BASIL, 2004). Diante das dificuldades que se configuram pela paralisia cerebral em relação à mobilidade e ao equilíbrio, fatores que impactam a participação e a interação dos indivíduos em atividades físicas e em contextos sociais, surge a tendência à exclusão e marginalização desses sujeitos. Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016, p. 426) destacam que: “apesar dos avanços na conscientização sobre a inclusão social e educacional de pessoas com necessidades especiais, encontra-se ainda, lamentavelmente, discriminações na comunidade”.

Perante as lesões ocasionadas pela PC, o estudante pode apresentar necessidades que venham interferir na sua participação nas aulas de Educação Física

quando esta não esteja adequada às necessidades do mesmo. Assim, é necessário que tanto as atividades quanto o ambiente esteja propício para eliminar as barreiras existentes, proporcionando a interação do estudante com o meio e com seus pares, para que assim possa ampliar as aprendizagens e logo, seu desenvolvimento.

IMPACTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ESTUDANTES COM PARALISIA CEREBRAL

No contexto educacional, a Educação Física surge como uma ferramenta fundamental para atenuar dificuldades e desenvolver potencialidades no controle e reconhecimento corporal, promovendo o desenvolvimento global também dos estudantes com paralisia cerebral. Ao criar um ambiente adaptado e acolhedor, os educadores físicos facilitam a participação ativa desses estudantes em atividades esportivas e recreativas. Isso não apenas melhora as habilidades motoras, mas também fomenta um senso de pertencimento e autoestima, contribuindo para uma experiência educacional mais completa. É importante destacar a importância do social também nos processos inclusivos e se a inclusão também é social, “[...] ela é co-participativa e colaborativa [...]. Não existe inclusão em espaços, existe inclusão em ambientes, que em outras palavras, são todos espaços humanizados” (ALMEIDA, 2008, p. 6).

As aulas de Educação Física são espaços frutíferos e qualificados para aprimorar as habilidades motoras de estudantes com paralisia cerebral. Por meio de exercícios e jogos adaptados, esses estudantes podem trabalhar na melhoria do equilíbrio, da eficácia dos movimentos, da força muscular e da mobilidade, trazendo ganhos na independência nas atividades diárias. Fichtner (1997) destaca a importância de educar para a autonomia: “[...] a educação se propõe a ampliar as capacidades dos alunos: que eles aprendam não apenas este ou aquele conteúdo ou habilidades, mas que aumentam a capacidade de fazer coisas por si mesmas e sua capacidade de aprender” (FICHTNER, 1997, p. 212).

É fundamental considerar que a implementação da Educação Física adaptada para estudantes com paralisia cerebral requer esforços coordenados. Professores e instrutores devem estar capacitados para planejar e executar atividades que atendam às necessidades individuais de cada aluno. Adaptações de equipamentos e abordagens pedagógicas são essenciais para garantir a participação efetiva de todos. Pondera-se que “não são atividades mirabolantes. São pequenas ações, pontuais é claro, mas que farão a

diferença entre um estado completo de passividade e a coragem de tentar algo em prol do aluno” com paralisia (ALMEIDA, 2008, p. 117).

Outro aspecto a ser destacado é a socialização. A interação social é uma parte vital do crescimento de qualquer estudante. Por meio da participação em atividades físicas em grupo, os estudantes com paralisia cerebral têm a oportunidade não apenas de desenvolver suas habilidades sociais, mas também de construir amizades e conexões significativas. A conquista de metas físicas e a superação de desafios durante as aulas de Educação Física também são importantes para aumentar a autoconfiança e a autoestima desses indivíduos. Segundo Muñoz (1997) crianças com paralisia cerebral apresentam menor controle emocional, são mais sensíveis e susceptíveis a instabilidade emocional. A convivência com outras crianças é fundamental para a construção e desenvolvimento da capacidade do controle das emoções e da auto-regulação. Brazelton e Greenspan (2002) afirmam que as crianças necessitam de experiências que respeitem as diferenças individuais.

Nesse contexto, reafirmamos que a Educação Física desempenha um papel de extrema importância no crescimento e desenvolvimento de estudantes com paralisia cerebral. Ao criar um ambiente adaptado e oferecer oportunidades de melhoria de habilidades motoras, desenvolvimento social e autoconfiança, a Educação Física não apenas impacta positivamente a vida acadêmica, mas também prepara esses indivíduos para uma vida adulta mais independente e realizada. É imperativo que as instituições de ensino reconheçam a importância dessa disciplina e continuem investindo em programas que atendam às necessidades específicas de cada estudante, promovendo assim um futuro mais inclusivo e saudável.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado pelo Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008 após uma longa jornada de reflexões sobre a necessidade de atendimento especial para pessoas com deficiências. É um serviço que desempenha um relevante papel no contexto da educação inclusiva, sendo um componente essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade (BRASIL, 2008). No artigo primeiro a lei define:

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados

institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes no ensino regular. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2008, p.1).

Sendo assim, o AEE consiste em um conjunto de práticas pedagógicas e estratégias específicas destinadas a atender às demandas educacionais de estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, condições que podem dificultar o aprendizado em um ambiente escolar que não se encontra preparado para incluir. Trata-se de um serviço que visa garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de suas diferenças e implicações. É um atendimento educacional que exige abertura e acolhimento da comunidade educativa e de toda a sociedade. Pois, de acordo com Bueno (2008, p. 55): “não se conseguirá alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva numa sociedade excludente”. Igualmente, Sasaki (1997) defende:

[...] sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidades cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência do direito (SASSAKI, 1997, p.166).

Visando minimizar as barreiras que os estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação podem enfrentar, o principal objetivo da AEE é oferecer suporte pedagógico especializado, complementando o ensino regular, de modo a atender às necessidades específicas de cada estudante, bem como potencializar suas habilidades e competências. Para isso, a AEE considera as características individuais, as dificuldades e as facilidades de cada estudante, adaptando estratégias, metodologias e recursos que favoreçam seu processo de aprendizagem. Póker et al (2013) destacam a importância do plano de desenvolvimento individual, pois, de acordo com os autores, “o salutar é não estacionar no já pensado e proposto, mas superar, construir novos olhares e proposições, criar e projetar diferentes e infinitas possibilidades de intervenções, pois as pessoas são únicas e repletas de potencialidades”. Promover a inclusão e o desenvolvimento pleno de cada estudante, o que requer uma equipe de profissionais altamente especializados pois, exige que esta seja capaz de identificar as necessidades específicas de cada estudante, por meio de avaliações multidisciplinares. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garante esse direito:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (BRASIL, 2008, p. 17).

Enfim, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um relevante papel na promoção da inclusão e na garantia de que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades educacionais. Suas funções abrangem desde a identificação das necessidades individuais dos estudantes até a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento máximo de cada estudante para uma participação plena na sociedade, independentemente de suas diferenças.

EXPLORANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para compreender acerca da participação do estudante com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física, elegeu-se a pesquisa qualitativa, que segundo Maciel e Raposo (2010, p. 81) “possui um caráter essencialmente teórico, é vista como uma construção sistemática que é permanentemente confrontada com a multiplicidade de ideias das quais resultam um conjunto de alternativas que se expressam na investigação científica”.

Para Yin (2016, p. 21) “a pesquisa qualitativa envolve primeiramente estudar o significado das vidas das pessoas nas condições em que realmente vivem”, de cunho exploratório, apresentando a observação participante e um questionário realizado com o professor de Educação Física, buscando compreender a participação do estudante com PC nas aulas de Educação Física. De acordo com Kreppner (2011, p. 23) “nós fazemos observação para aprender sobre o mundo que percebemos. Com o objetivo de aprender sobre outras pessoas, fazemos perguntas ou ouvimos histórias que elas nos contam sobre si próprias”.

Nesse viés, a pesquisa aconteceu vinculada a uma turma de estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais, turma essa composta por 20 estudantes, de uma escola pública, sendo o sujeito de pesquisa um estudante diagnosticado com Paralisia Cerebral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste processo de inclusão do estudante com Paralisia Cerebral, nas aulas de Educação Física, percebeu-se que o mesmo tinha mobilidade predominantemente dependente de uma cadeira de rodas, devido às suas restrições físicas. Além disso, enfrentava desafios de sustentar a comunicação verbal, articulava apenas algumas palavras simples, tais como "mãe", "sim" e "não", e mesmo assim, com certa dificuldade. A intervenção foi realizada durante as aulas ministradas pelo professor de Educação Física, uma vez que se constatou que as atividades propostas não estavam devidamente adaptadas para permitir a inclusão e participação do estudante com Paralisia Cerebral. Mendes, Cia e Cabral (2015, p. 513), ressaltam que a “[...] formação dos docentes é uma das questões centrais para o avanço das práticas e políticas inclusivas”.

É fundamental destacar a importância de discernir entre integração e inclusão. Estar presente em uma sala de aula ou em uma instituição não garante verdadeira inclusão; é necessário adotar uma perspectiva mais abrangente do que simplesmente estar fisicamente presente (PLETSCH, 2012). Para reforçar, Duk (2006, p.57) salienta que “educação inclusiva diz respeito à capacidade das escolas para educar todas as crianças, jovens e adultos sem qualquer tipo de exclusão”.

Após a observação de oito aulas, cada uma com duração de 40 minutos, realizadas na quadra de esportes, tornou-se evidente que a participação do estudante com PC era inexistente nas atividades propostas, ou seja, não eram inclusivas o suficiente para permitir a participação do estudante. Nas contribuições de Silva, Ribeiro e Mieto (2010, p. 207) o “aprender a ensinar na diferença nos impõe o desafio de pensar em práticas pedagógicas que façam do conceito de normalidade X anormalidade lugar de interrogação e de superação. Isso é um desafio a ser construídos por todos os educadores”, enfatizando a necessidade de ensinar com equidade.

As atividades eram predominantemente práticas, incluindo brincadeiras que eram apreciadas por todas as crianças. O professor de Educação Física conduzia as crianças até a quadra, onde explicava as atividades do dia, mas, como mencionado anteriormente, o estudante com PC dependia de uma cadeira de rodas para se deslocar. Por esse motivo, durante o período escolar, uma estagiária o auxiliava até a quadra. Ao chegar lá, ele permanecia na cadeira, pois sua capacidade de sentar-se sem apoio era

limitada. Enquanto isso, seus colegas participavam ativamente das aulas. Esse momento era doloroso, já que era visível o desejo dele de se juntar às brincadeiras. É importante mencionar algumas das brincadeiras realizadas, como chutar a bola no gol, corrida de saco, circuito, arremesso no cesto, entre outras.

Após coletar as informações, elas foram devidamente registradas em uma planilha. O objetivo desse registro foi permitir a posterior aplicação de um questionário ao professor de Educação Física, com o propósito de identificar quais estudantes participavam ativamente das atividades propostas.

Ao analisar os dados tabulados, tornou-se evidente que apenas um estudante não estava participando das atividades, o com o diagnóstico de Paralisia Cerebral. Isso destacou a necessidade crucial de um planejamento adaptado para garantir sua inclusão em todas as propostas feitas pelo professor de Educação Física.

Posteriormente, foi agendado um horário de planejamento com o professor de Educação Física, com o objetivo de trocar informações e desenvolver atividades que possibilitassem a inclusão do estudante com PC nas aulas práticas. É importante “[...] identificar as necessidades e habilidades do aluno [...] a fim de estabelecer um trabalho educacional eficaz” (REGANHAN; BRACCIALLI, 2008, p. 387).

Após essa colaboração, o professor adotou estratégias personalizadas para incluir o estudante com PC nas aulas práticas tais como, bola no pneu (jogar a bola dentro do pneu sentado no chão/tatame), corrida da caixa (um estudante fica dentro da caixa e o outro puxa), arremesso ao cesto (o cesto fixado na altura que possibilitava o estudante com PC arremessar) e assim sucessivamente, o que culminou em uma participação eficaz e em um aprendizado de grande relevância para ele. Além disso, todos os colegas demonstraram apoio, encorajando sua participação ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo demonstrar que a deficiência não é por si só, um impedimento, mas sim as circunstâncias que são impostas aos indivíduos. Dessa forma, para promover a inclusão do estudante com PC é essencial compreender suas habilidades e desafios, aproveitando essas habilidades como estímulo para o processo de aprendizagem e sua inserção nas aulas. Além disso, é importante abordar suas dificuldades de forma pedagogicamente direcionada, adaptando o ensino de acordo com

as necessidades individuais, com o objetivo de minimizá-las e, sempre que possível, superá-las.

Ademais, a disciplina de Educação Física desempenha um papel importante ao trabalhar com movimentos corporais, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo um estilo de vida saudável, fomentando a socialização, incentivando a prática esportiva e o trabalho em equipe.

Contudo, a reorganização do ambiente escolar e a implementação de recursos pedagógicos específicos contribuíram para uma inclusão efetiva, que permitiu a participação ativa do estudante. Outro fator de extrema importância observado foi a interação entre o professor e o estudante. Após as intervenções, o professor reavaliou sua prática pedagógica, buscando formas de incluir o estudante em todas as atividades propostas, confiando em suas potencialidades e capacidades, e proporcionando um aprendizado equitativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jozineuma Gonçalves do Nascimento. **Paralisia cerebral e aprendizagem: o papel do pedagogo e as intervenções pedagógicas**. João Pessoa: UFPB, 2015.

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **A construção de ambientes educativos para inclusão**. Curitiba: Pró-Infantil, 2008.

BASIL, C. **Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras**. In César Coll, Álvaro Marchesi & Jesús Palacios. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. (pp. 215-233). Porto Alegre: Artmed, 2004.

BUENO, J. G. S. I. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial?** In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.

BLONDIS, T.A. (2004). **Neurodevelopmental Motor Disorders: Cerebral Palsy and Neuromuscular Diseases**. In Deborah Dewey & David E. Tupper (Eds). **Developmental motor disorders: a neuropsychological perspective**. New York: The Guilford Press.

BRAATZ, J. P.; KRAEMER, C. **Constituição História da criança com paralisia cerebral como anormal: reflexos na Educação**. **Educação: Teoria e Prática**, v. 23, n. 42, p. 127-142, 12 abr. 2013.

BRAGA, L.W. **Cognição e paralisia cerebral: Piaget e Vygotsky em questão**: Salvador: Sarah Letras, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 18/9/2008, Página 26 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso: 01 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Diretrizes de atenção à pessoa com paralisia cerebral / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em < http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_paralisia_cerebral.pdf> Acesso em: 23 ago. 2023.

BRAZELTON, T. Berry; GREENSPAN, Stanley I. **As necessidades essenciais das crianças**: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DUK, C. **Educar na diversidade: material de formação de professores**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

KREPPNER, Kurt. **Aplicando a Metodologia de Observação em Psicologia do Desenvolvimento e da Família**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, São Paulo-Sp: Atlas, 2003, 5 ed.

MACIEL, Diva Albuquerque. Raposo, Mírian B. T. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.] . Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. 73- 102.

MEC. Educação inclusiva. v. 3 : A escola / coordenação geral **SEESP/MEC** ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio (org.). **Inclusão Escolar e os Desafios para a Formação de Professores em Educação Especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015.

MUÑOZ, J., González G. & SUÁREZ, J. “**Deficientes Motores II: Paralisia Cerebral**” in BAUTISTA, Rafael (coord). **Necessidades Educativas Especial**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

POKER, Rosimar Bortolini; OLIVEIRA MARTINS, Sandra Eli Sartoretode; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MILANEZ, Simone Ghedini Costa; GIROTO, Claudia Regina Mosca. **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado**. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

- PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes, políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012.
- REGANHAN, W. G. ; BRACCIALLI, L. M. P. Inserção de alunos com deficiência no ensino regular: perfil da cidade de Marília. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, p. 385-404, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/y3djvv34n5PjWnWkvfC3YDK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2023.
- ROTTA, N.T; OHLWEILER, L; RIESGO, R.S. **Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão - **Revista de Educação Especial**, n. 1, p. 7-18, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.
- SASSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, Daniele Nunes Henrique; RIBEIRO, Julia Cristina Coelho; MIETO, Gabriela. **O aluno com deficiência intelectual na sala de aula: considerações da perspectiva históricocultural.** In: kelman, Celeste Azulay [et al.]. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.* Brasília: Ed. UnB, 2010. P. 205-220.
- TABAQUIM, M. L. M.; MOURA-RIBEIRO, M. V. L.; CIASCA, S. M. **Aprendizagem e paralisia cerebral.** In: ROTTA, N.T; OHLWEILER, L; RIESGO, R.S. **Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.